

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

**O Diálogo como estratégia de mediação de conflitos
ambientais**

Análise de aspectos do Comitê de Promoção do Diálogo para
a Sustentabilidade do Litoral Norte do Estado de São Paulo
COMDIAL

Roberto Francine Junior

Belo Horizonte – MG

2012

Roberto Francine Junior

**O Diálogo como estratégia de mediação de conflitos
ambientais**

Análise de aspectos do Comitê de Promoção do Diálogo para
a Sustentabilidade do Litoral Norte do Estado de São Paulo
COMDIAL

Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-Graduação apresentado ao Núcleo de Educação a Distância, da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, como parte dos requisitos para o grau de Especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais do Programa de Formação de Conselheiros Nacionais.

Orientadora: **Prof.^a Dra. Eleonora Schettini Martins Cunha.**

Coorientador: **Prof. Dr. Wendell Ficher Teixeira Assis.**

Belo Horizonte – MG

2012

Ficha Catalográfica

Francine Jr, Roberto

O Diálogo como estratégia de mediação de conflitos ambientais: Análise de aspectos do Comitê de Promoção do Diálogo para a Sustentabilidade do Litoral Norte do Estado de São Paulo / Roberto Francine Junior – Belo Horizonte, 2012

58 p. bibliografia.

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização), Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Núcleo de Educação a Distância.

Orientadora: Profª. Dra. Eleonora Schettini Martins Cunha - Coorientador: Prof. Dr. Wendell Ficher Teixeira Assis.

1. Desenvolvimento Sustentável. 2. Sustentabilidade. 3. Conflito Socioambiental. 4. Mediação. 5. Diálogo. 6. Ambientalismo. 7. Petróleo e Gás. 8. Justiça Ambiental.



Universidade Federal de Minas Gerais
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
Curso de Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais
Av. Antônio Carlos, 6627 – Caixa Postal 258 - Cidade Universitária - Pampulha
31270-901 - Belo Horizonte – MG / e-mail: adm_edist@fatch.ufmg.br
TEL (31) 3409-5004

ATA DE APRESENTAÇÃO DE MONOGRAFIA DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DEMOCRACIA PARTICIPATIVA, REPÚBLICA E MOVIMENTOS SOCIAIS

Aos 18 (dezoito) dias do mês de outubro de 2012 (dois mil e doze), na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) reuniu-se a Comissão Avaliadora da monografia intitulada "O Diálogo como estratégia de mediação de conflito ambiental e busca da sustentabilidade. Análise de aspectos do Comitê de Promoção do Diálogo para a Sustentabilidade do Litoral Norte do Estado de São Paulo COMDIAL " após leitura avaliativa da Monografia elaborada por Roberto Francine Junior .

A Comissão, composta por professor Cláudio Roberto de Jesus (Fundação João Pinheiro) e Sônia Dias (UFMG) , após apresentação da monografia, deliberou pela sua aprovação, o que confere ao aluno o título de Especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais. Para constar, foi lavrada a presente ata, assinada pelos membros presentes.

Belo Horizonte, 18 de outubro de 2012.

Cláudio Roberto de Jesus (Fundação João Pinheiro)

Sônia Dias (UFMG)

À minha esposa Juliana, que me auxiliou muito neste trabalho.

Ao meu filho Henrique, pelas dicas em busca de uma vida melhor.

Ao meu filho Nicolau, no caminho dum empreendedorismo sustentável.

À minha mãe pelo apoio, sempre, à minha jornada intelectual.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Coorientador, Prof. Dr. Wendell Ficher Teixeira Assis, por seu conhecimento cujas informações fornecidas com bibliografias e apontamentos precisos justificaram minhas avaliações empíricas.

Agradeço ao Professor Doutor Ícaro Aronovich da Cunha da UNISANTOS, pelo grande aprendizado que me proporcionou no período em que estivemos trabalhando juntos na coordenação do COMDIAL.

Ao Colegiado ReaLNorte, pela confiança em mim depositada como representante na Comissão de Coordenação, me proporcionou as condições de trabalho e devolutivas para o aprendizado necessário para a vivência deste processo de diálogo.

Ao Marcos Vinicius Mello e a Tatiana Nader, funcionários da Petrobras, que confiaram no processo de diálogo e se dedicaram a uma jornada inovadora, por si só já cheia de riscos.

Às minhas irmãs, pelo companheirismo pela vida.

À Profa. Msc. Maria Aparecida Faria Marcondes Bussolotti, pela revisão do texto e correções que melhoraram o entendimento do meu trabalho.

“Como pode existir um crescimento com equidade, um crescimento sustentável, numa economia regida pelo lucro, pela acumulação ilimitada e pela exploração do trabalho? O projeto de desenvolvimento sustentável coloca em questão não só o crescimento econômico ilimitado e predador da natureza, mas o próprio modo de produção capitalista. Desenvolvimento Sustentável só tem sentido numa *economia solidária*, uma economia regida pela compaixão e não pelo lucro.”

(Moacir Gadotti, 2008)

RESUMO

O Objetivo deste trabalho é retratarmos como foi a tentativa do Colegiado de Entidades Ambientistas ReaLNorte, as Unidades de Conservação Estaduais do Litoral Norte e a Petrobrás, através do Comitê de Promoção do Diálogo para a Sustentabilidade do Litoral Norte do Estado de São Paulo - COMDIAL, com a mediação da Universidade Católica de Santos - UNISANTOS, em utilizar o Diálogo como estratégia para mediação de conflitos ambientais da região. Para tanto, na Metodologia descreve-se o Litoral Norte paulista e analisa-se como, durante meados do século passado até agora, as atividades econômicas e as interferências de obras definiram o seu modelo de desenvolvimento; elencam-se as obras e empreendimentos propostos para os próximos anos deste início deste século e a influência que os *royalties* terão sobre as cidades do Litoral Norte; apontam-se as atividades desenvolvidas pelo COMDIAL e discorre-se sobre o conceito de Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade numa perspectiva de Justiça Ambiental. Conclusão – aborda-se a estratégia de ‘ganhos mútuos’ optada pela UNISANTOS para a mediação de conflitos ambientais; mostram-se a ineficácia do Diálogo como mudança de modelo de desenvolvimento e, como o relato sobre a politização dos atores e a divulgação dos riscos e impactos ambientais, dos empreendimentos envolvidos, foram parte dos avanços e conquistas que este processo possibilitou.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável. Sustentabilidade. Conflito Socioambiental. Mediação. Diálogo. Ambientalismo. Petróleo e Gás. Justiça Ambiental.

ABSTRACT

The Goal of this work is report as was the attempt of the Board of RealNorte Environmental Organizations, the State Conservation Units of the North Coast and Petrobras, through the Committee for the Promotion of Dialogue for Sustainability North Coast of São Paulo - COMDIAL with mediation of the Catholic University of Santos - UNISANTOS in use Dialogue as a strategy for environmental conflicts mediation of the region. Therefore, the Methodology describes the North Coast of São Paulo and analyzes how during the middle of the last century until now, economic activities and interference of works defined their development model, list the works and projects proposed for the next years since the beginning of this century , the influence that royalties will have on the cities of the North Coast, link up the activities aim at COMDIAL and talks about the concept of Sustainable Development and Sustainability from the perspective of Environmental Justice. Conclusion - discusses the strategy of 'mutual gains' by UNISANTOS opted for mediation of environmental disputes; show up the ineffectiveness of the Dialogue as a change of development model and, as the report on the politicization of the actors and disclosure of risks and environmental impacts of projects involved were part of the advances and achievements that enabled this process.

Key words: Sustainable Development. Sustainability. Environmental Conflict. Mediation. Dialogue. Environmentalism. Oil and Gas. Environmental Justice.

LISTA DE ABREVIATURAS

APELL - Alerta e Preparação de Comunidades para Emergências Locais - *Awareness and Preparedness for Emergencies at Local Level*

CDP- Centro de Detenção Provisória

CEDS - Centro de Experimentação em Desenvolvimento Sustentável

COMDIAL - Comitê de Promoção do Diálogo para a Sustentabilidade do Litoral Norte do Estado de São Paulo

CONSEMA - Conselho Estadual de Meio Ambiente do Estado de São Paulo

DS - Desenvolvimento Sustentável

EIA-Rima - Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente

GASBOL - Gasoduto Brasil-Bolivia

IUCN - *International Union for Conservation of Nature*

LN - Litoral Norte Paulista

MBA - *Master Business Administration*

MP - Ministério Público

ONGs - Organizações não governamentais

ReaLNorte - Colegiado das Entidades Ambientalistas do Litoral Norte do Estado de São Paulo

TEBAR - Terminal Marítimo Almirante Barroso

UNISANTOS - Universidade Católica de Santos

UTG - Unidade de Tratamento de Gás Natural

UTGCA - Unidade de Tratamento de Gás Natural de Caraguatatuba

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. O COMITÊ DE PROMOÇÃO DO DIÁLOGO PARA A SUSTENTABILIDADE DO LITORAL NORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO – COMDIAL: HISTÓRICO E METODOLOGIA DO DIÁLOGO	19
2. DESCREVENDO OS ATORES ENVOLVIDOS NO DIÁLOGO – ONGS, PETROBRAS, UNISANTOS E AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO UCs	35
3. AVALIANDO O DIÁLOGO E SEUS OBJETIVOS	39
4. DISCUSSÕES EM ABERTO	49
REFERÊNCIAS	56

INTRODUÇÃO

De maneira inédita, em 2007, no Litoral Norte Paulista (LN), ambientalistas e uma petroleira iniciam debates que culminam no estabelecimento de uma plataforma de diálogo, rumo ao Desenvolvimento Sustentável (DS). Esta experiência é objeto de estudo desta monografia.

Nestes últimos cinco anos, os investimentos em obras feitos pelos governos federal e estadual na região do Litoral Norte o pressionaram a se ‘desenvolver’. As perspectivas e cenários futuros para a população local provocaram o estabelecimento do Comitê de Promoção do Diálogo para a Sustentabilidade do Litoral Norte do Estado de São Paulo (COMDIAL), protagonizando iniciativas que puderam dar maior transparência a este cenário e, assim, influenciar no empoderamento e governança da sociedade local sobre seu futuro.

O conflito gerado pelo momento histórico na América Latina, em especial no Brasil e na Bolívia, especificamente com relação ao Petróleo e Gás Natural, provocou investimentos apressados pelo governo brasileiro e, por decorrência, as audiências públicas para licenciamento dos projetos que criaram o Diálogo.

O Litoral Norte é considerado uma região com vocação para o Turismo, possuidora de muitas Paisagens Notáveis, como as escarpas da Serra do Mar e o Oceano Atlântico banhando suas encostas, com praias de inspiração bucólica e comunidades com aspectos de vida característicos destas regiões, como pescadores e pessoal do sertão com suas roças e criações - fatores que ocorrem em muitos poucos lugares do mundo. (ORTIZ, 2005).

Nas décadas de 1970 e 1980, uma rodovia (BR-101) com um traçado polêmico, iniciou um processo de ocupação da região e na mesma época, mais precisamente em 1977, foi criado o Parque Estadual da Serra do Mar, que até os dias de hoje garante que a ocupação não seja ainda mais desordenada, alcançando áreas de risco de deslizamentos e ou com sensibilidade biológica.

Os exemplos de ocupação territorial nas regiões litorâneas que temos desde a década de 1960, são reflexos do atual modelo de desenvolvimento; deram-se com a construção de estradas, com forte influência da especulação imobiliária sem planejamento urbanístico na construção de casas de veraneio em que os impostos predial e territorial urbano são uma das grandes fontes das prefeituras além da descaracterização e desvalorização dos aspectos naturais que ironicamente, são o próprio atrativo turístico da região.

As estradas são as mesmas da década de 1970, com raros pontos de duplicação e melhoramento, as rodovias tornaram-se uma grande avenida, pois seu traçado se prestou a um tipo de ocupação que dificultou sua duplicação, seja pela sensibilidade geomorfológica ou das áreas de preservação, ou pelas ocupações irregulares das margens que hoje geram indenizações milionárias.

Nos picos de temporada, de dezembro a fevereiro e em feriados prolongados formam-se congestionamentos enormes, gerando desconforto, poluição, gastos extras, dificultando cada vez mais o turismo na região, que perde, assim, recursos com esta atividade.

A região possui um Porto no município de São Sebastião e uma base de bombeamento e armazenamento de Petróleo e derivados, para importação e exportação. Este Terminal, Almirante Barroso, é responsável por 40% do petróleo que chega ao Brasil. Nesse contexto o município de São Sebastião aufere *royalties* e impostos municipais que o destaca dos outros municípios do Litoral Norte em relação aos recursos financeiros recebidos.

Nos últimos dez anos deste século, o Litoral Norte vem recebendo uma série de empreendimentos e investimentos dos governos Estadual e Federal. Para ilustrar esta afirmação, destacam-se alguns dos mais importantes e significativos empreendimentos, extraídos e examinados do relatório final da Avaliação Ambiental Integrada de Projetos do Litoral Norte, da PRIME Engenharia, bem como, de notícias de jornais (SÃO PAULO, 2009a):

- Centro de Detenção Provisória (CDP), construído pelo Estado, para 750 presos, mas com notícias de que abriga muito mais, gerando visitas de parentes, advogados e amigos aumentando a demanda por construção imobiliária, que quase sempre se dá em áreas sensíveis (Áreas de Proteção Permanentes, Áreas de Risco etc.) pela população de baixa renda;
- ampliação do Porto de São Sebastião, projeto proposto pelo Estado, com a cobertura de um Manguezal e fluxo de 3.000 caminhões dia - na cidade de São Sebastião impactando a paisagem do Canal de São Sebastião com a construção de berços de atracação, além dos existentes para transporte de navios de carga de 8.000 contêineres. (SÃO PAULO, 2009b);
- ampliação do píer de Atracação da Petrobras no Terminal Almirante Barroso, pelo governo Federal, quase duplicando sua capacidade de recepção de petróleo, impactando a paisagem do Canal de São Sebastião, com a criação de mais áreas de atracação de navios de centenas de metros de comprimento e tubulações aéreas riscando o mar;
- construção e operação de uma Unidade de Tratamento de Gás Natural UTG, pelo governo Federal, em Caraguatatuba, com capacidade de processamento de 15 milhões de metros cúbicos, recentemente já ampliada para 20 milhões de metros cúbicos dia;
- construção rodoviária de alça de acesso entre Caraguatatuba e São Sebastião, pelo governo Estadual, visando à adequação do transporte de cargas para o Porto, concatenando as construções para que fiquem prontas concomitantemente;
- construção rodoviária de alça de acesso entre Caraguatatuba e São Sebastião e Caraguatatuba e Ubatuba, pelo governo Estadual, visando à adequação do transporte particular tentando minimizar os gargalos e evitar os congestionamentos na temporada;
- duplicação da Rodovia dos Tamoios, pelo governo Estadual, principal via de acesso do Planalto para o Litoral;
- duplicação do trecho de Serra entre o Planalto e o Litoral pelo governo Estadual, interligando a duplicação dos Tamoios com as Alças de acesso;
- construção de um Alcoolduto de Uberlândia até o porto de São Sebastião, passando pela Dutovia¹ da UTGCA e reservatórios nas proximidades da Unidade em Caraguatatuba;

¹ Dutovia é a designação genérica de uma instalação constituída por tubos ligados entre si para o transporte de determinados produtos. N.A.

- construção de um túnel com um duto para transporte de C5+² da UTGCA em Caraguatatuba - para o Terminal Almirante Barroso – TEBAR em São Sebastião já licenciado, mas com a ampliação da UTGCA este túnel deverá ter outra função ainda não determinada³;
- construção de um Aeroporto em Caraguatatuba (obras sem confirmações).

Nesse contexto, com tantos fatores de pressão de desenvolvimento na região, fica a questão: Será que o Diálogo entre atores tão diversos como ambientalistas e petroleira ajudará a população a perceber, interiorizar e buscar uma forma de desenvolvimento que integre fatores ambientais, sociais e econômicos de maneira equânime?

Para isto analisaremos, através das atividades desenvolvidas pelo COMDIAL, como essas atividades contribuíram para buscar experiências de Desenvolvimento Sustentável para a Região. Trabalharemos com as atividades até julho de 2012, lembrando que a vigência do Convênio irá até dezembro de 2012. Relataremos através das experiências vividas por este autor, atas de reuniões, matérias nas mídias, artigos publicados, entre outras formas de registros das conquistas e dificuldades deste processo de Diálogo.

O Convênio entre a Petrobras e Entidades Ambientistas do Litoral Norte Paulista, entre 2008 e 2012, que se traduziu em um Comitê de Promoção do Diálogo para a Sustentabilidade do Litoral Norte do Estado de São Paulo (COMDIAL) e o respectivo Centro de Experimentação em Desenvolvimento Sustentável (CEDS) são os objetos de estudo deste trabalho.

² C5+ é um combustível natural agregado à exploração de gás natural utilizado pela indústria petroquímica.

³ Informações fornecidas pela Petrobras em Plenária do COMDIAL, 2010.

A realização de um Diálogo entre uma petroleira e o movimento ambientalista, com base em uma definição de Desenvolvimento Sustentável – DS deve ser explorada em vários campos do conhecimento. A opção pela leitura crítica deste Diálogo pretendeu verificar se o movimento ambiental do Litoral Norte avançou ou perdeu seu poder de contestação após a realização deste Convênio.

É sabido que, entre analistas e atores sociais, desenvolveu-se, ao longo dos anos 1990, a impressão de que teria havido um processo de “substituição” do ambientalismo contestatário por um “ecologismo de resultados”, pragmático e tecnicista. No entanto, essa impressão não foi generalizada, dado que alguns atores – e autores – sustentam ter ocorrido, isso sim, um movimento de neutralização das lutas ambientais, empreendido por organismos multilaterais, empresas poluidoras e governos, esforço esse que teria sido bem-sucedido apenas junto ao que chamam de “ecologismo desenraizado”, desprovido de maiores vínculos com movimentos sociais. (ACSELRAD, 2010)

A própria definição de Desenvolvimento Sustentável que é consensuada e trazida como base do objeto estabelecido para o Diálogo deve ser analisada criticamente, pois existem leituras diferenciadas e, por vezes, controversas sobre a noção de Desenvolvimento Sustentável, esse Diálogo conseguiria, portanto, se ajustar na resolução de conflitos socioambientais e justiça ambiental?

A decisão da realização deste Convênio entre a Petrobras e as Entidades Ambientais do Litoral Norte paulista gera uma série de possibilidades de análises, tanto pela natureza desta decisão quanto pelo seu tempo de duração, dos recursos envolvidos e pelo conjunto de suas atividades desenvolvidas.

O presente trabalho não se pretende esgotar as análises, sequer fazer o aprofundamento necessário para inferir teorias e suas validades, levantam-se algumas hipóteses que abram portas para pesquisas mais densas e que demonstrem se a decisão e o processo fora eficaz em suas propostas iniciais e se deve ser replicado e com que correções de rumos.

Ao documentar textualmente essa vivência, pensa-se em fornecer elementos para que a experiência de uma articulação de uma parte do movimento social no Litoral Norte Paulista possa ser objeto de estudo e exemplo para a melhoria da Democracia Participativa, como também, nos desdobramentos pré e pós-processos de licenciamentos ambientais.

- A limitação do universo de atores envolvidos se restringirá: às Organizações Não Governamentais do Litoral Norte paulista, que compõem o Colegiado das Entidades Ambientais do Litoral Norte do Estado de São Paulo (ReaLNorte);
- ao setor da Petrobras que assinou o Convênio que instituiu o Comitê de Promoção do Diálogo para a Sustentabilidade do Litoral Norte do Estado de São Paulo (COMDIAL);
- à coordenação da UNISANTOS, que participou do Convênio;
- e às Unidades de Conservação do Estado, com sede no Litoral Norte paulista que assinaram o compromisso de participar do diálogo.

A revisão bibliográfica e o relato de experiências pessoais determinaram o formato deste trabalho, analisaremos a efetividade do COMDIAL por meio das Plenárias, das Oficinas, dos Seminários, dos Ecoprojetos e do curso de especialização - *Master Business Administration* - MBA.

O Objetivo geral do trabalho é analisar se a estratégia de negociação e a integração dos atores envolvidos no processo de Diálogo contribuem para uma gestão participativa e afetam no desenvolvimento regional.

Para isso pretende-se trabalhar os seguintes objetivos específicos:

- Descrever como se dá a estratégia de negociação de ‘ganhos mútuos’, adotada na construção do Convênio que estabeleceu o Comitê de Promoção do Diálogo entre a Petrobras e entidades ambientalistas do Litoral Norte paulista, e se as atividades desenvolvidas podem causar mudanças no modelo de desenvolvimento regional;
- Descrever a metodologia utilizada pela UNISANTOS, proposta para ser a protagonista da mediação deste processo;

- Identificar de que maneira a articulação entre os atores envolvidos neste processo, podem ajudar na construção da gestão participativa. Como os atores que iniciaram o processo, a Petrobras e as Entidades Ambientistas, mais os atores que foram agregados posteriormente: as Unidades de Conservação Estaduais da região trabalham com seus pares na divulgação e troca de informações para tomadas de decisão;
- Discutir como este processo de Diálogo auxilia na gestão participativa. Se a decisão de utilizar o conceito de Desenvolvimento Sustentável é adequada e se traduz em alteração do desenvolvimento regional.

O trabalho se divide em:

Na ‘Introdução’ – coloca-se o cenário e o contexto, onde se definem os objetivos gerais e específicos, e a relevâncias do trabalho.

No primeiro capítulo ‘O Comitê de Promoção do Diálogo para A Sustentabilidade Do Litoral Norte Do Estado De São Paulo – COMDIAL: Histórico e Metodologia do Diálogo’ – relata-se o momento histórico em que se estabeleceu o COMDIAL, das propostas do governo em relação aos empreendimentos para a região, das divergências para se estabelecer o diálogo e um relato sobre a metodologia adotada pela UNISANTOS, para mediação deste conflito, discutindo a utilização da definição de desenvolvimento sustentável para adesão ao Convênio.

No segundo capítulo ‘Descrevendo os Atores Envolvidos no Diálogo – ONGs, Petrobras, UNISANTOS e as Unidades de Conservação UCs’ - descreve-se o perfil dos atores envolvidos: ONGs, Petrobras, UNISANTOS e Unidades de Conservação.

No terceiro capítulo ‘Avaliando o Diálogo e seus Objetivos’ - avalia-se se o Diálogo está cumprindo seus objetivos com a análise das atividades adotadas e desenvolvidas: Oficinas, Seminários, Ecoprojetos, MBA e reuniões plenárias como indicadores desta avaliação.

No quarto capítulo ‘Discussões em Aberto’ - fazem-se algumas considerações em aspectos da possível discussão que restou.

1

O Comitê de Promoção do Diálogo para a Sustentabilidade do Litoral Norte do Estado de São Paulo – COMDIAL

Histórico e Metodologia do Diálogo

1.1 O Momento Histórico em que ocorre o COMDIAL

Como nos processos da vida, do dia a dia, que sempre estão se transformando de maneira dinâmica, muitos fatos novos desencadearam consequências que interferiram e modificaram o propósito inicial do Convênio acordado entre as partes.

O relato do momento histórico em que ocorreu o processo é fundamental para que se compreenda o que ocorreu na época. A eleição de presidentes latino-americanos com forte viés popular e nacionalista desencadearam contextos em que mudanças de ordem social e econômica ocorressem, como a ‘nacionalização dos hidrocarbonetos’ na Bolívia.

Outros fatos mais recentes, como a possibilidade de exploração do petróleo no Pré-sal modificaram e alterou o processo o Diálogo, assim como o licenciamento da ampliação do Píer de atracação do Terminal Almirante Barroso.

1.2 O investimento Brasileiro em Gás Natural

O Gasoduto Bolívia-Brasil, GASBOL é fruto do investimento que o Brasil, na administração do presidente Fernando Henrique Cardoso, fez na exploração e produção de gás natural na Bolívia, aproveitando a ampla oferta de gás boliviano. Foi estabelecida a Transportadora Brasileira do Gasoduto Bolívia-Brasil - TBG — a *holding* para operar o gasoduto com financiamento do Banco Mundial – BIRD que começou a ser construído em 1997 (ABRIL.COM, 2008).

A primeira importação do gás boliviano pelo Brasil foi inaugurada no dia 1º de julho do mesmo ano, porém, sua efetividade se deu em 1999, tinha como objetivo estender o gás natural até 15% de todo o consumo energético brasileiro, diversificando a sua base de matriz energética (ABRIL.COM, 2008).

No dia 1º de maio de 2006, dia Internacional do Trabalho, o presidente da Bolívia Evo Morales anunciou a nacionalização da exploração dos hidrocarbonetos, entre eles o petróleo e o gás natural. O anúncio foi feito durante uma cerimônia que ocorreu em San Alberto, Carapari, região sul da Bolívia. As empresas operantes seriam obrigadas a entregar todas as suas propriedades para a estatal boliviana Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB). O exército boliviano ocupou os principais campos petrolíferos do país.

Havia um *pool* de empresas operando na exploração, produção e transporte do gás boliviano: Petrobras (Brasil); Repsol YPF (Argentina e Espanha); Canadian Energy (Canadá); TotalFina Elf (França); British Gas e British Petroleum (Reino Unido); Dong Wong (Coreia) e El Paso Energy (Texas).

A Petrobras resolveu acelerar a licitação da plataforma marinha fixa de Mexilhão, a ser localizada em Campo Gigante na Bacia de Santos, com capacidade de produzir 15 milhões de metros cúbicos (m³), metade da importação da Bolívia. Este empreendimento é o que gerou a criação do Diálogo conforme será relatado mais adiante. A Petrobras, também, pretendia aumentar a produção aproveitada de gás. Na produção aproveitada, o gás vem associado ao óleo, de acordo com o perfil do poço. Quando não aproveitada, o gás é reinjetado ou queimado. Esse desperdício equivaleu a 5,4 milhões de m³ em 2005 (GAZETA MERCANTIL, 2006).

Todo este contexto histórico justifica a priorização da empresa naquela época, ano de 2006, inclusive com as diversas descobertas da Bacia de Santos e com base na perspectiva de produção de Campo Gigante, a plataforma de Mexilhão entra em processo licitatório. Inicialmente, a Parte Marinha, que compreende a implantação da plataforma, sua operação e a instalação dos dutos de gás até o continente, e posteriormente a Parte Terrestre que consiste na Unidade de Tratamento de Gás em Caraguatatuba UTGCA – Monteiro Lobato.

O momento político também foi significativo neste contexto de produção de petróleo e gás, a recém reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva para presidente e a autossuficiência em Petróleo (DI GIULIO, 2006). Pesquisas mostram que a população tem orgulho da Petrobras tanto pela imagem internacional, pois é a 4ª maior empresa de Petróleo e Gás do mundo (NASCIF, 2009).

1.2.1 Decisão da localização da Unidade de Tratamento de Gás Caraguatatuba - UTGCA

A escolha do município de Caraguatatuba como base desta Unidade de Tratamento de Gás Natural - UTG foi polêmica e gerou forte disputa entre os municípios do litoral paulista, com maior ênfase entre os municípios do Litoral Norte.

Entre muitos fatores da disputa encontra-se: o aumento de empregos diretos e indiretos; o aumento de arrecadação com os Royalties, gerando receitas de altos valores com aporte significativo aos cofres públicos; todos os municípios da região queriam que a base fosse instalada em seu território.

A sociedade civil participou muito pouco destes debates. Segundo a Petrobras, a escolha deste município foi técnica, considerando que Caraguatatuba possuía uma vasta planície propícia à instalação e caso necessário à ampliação desta UTG. “Há áreas planas disponíveis, sem edificações, suficientes para a instalação da UTG, com capacidade de ampliação para 100% da área total necessária” (PETROBRAS, 2006, p.26).

1.3 O governo Estadual e a Avaliação Ambiental Integrada - AAI

Nos processos de licenciamento, como são tratados ainda hoje, não se considera a somatória e a sinergia entre o empreendimento a ser licenciado e os demais empreendimentos de uma dada região.

Dentro do processo de licenciamento, foram marcadas Audiências Públicas em Caraguatatuba para apresentação do EIA – Rima, e audição dos questionamentos por parte da sociedade sobre o empreendimento da Petrobras em questão. Os licenciamentos são pontuais e tratam exclusivamente do empreendimento no local e redondezas.

O movimento ambientalista, com ênfase maior ao movimento ambientalista paulista, vem propondo, desde o início deste século, com intervenções no Conselho Estadual de Meio Ambiente de São Paulo – CONSEMA, que sejam feitas Avaliações Ambientais Estratégicas - AAE, por serem instrumentos de planejamento e orientadores de políticas públicas já preconizadas em diversos instrumentos legais iniciados com a Constituição de 1988 (BRASIL, 2002).

Os ambientalistas colocam a necessidade de se saber a ‘capacidade de suporte’ da região ou das bacias envolvidas e a resiliência dos sistemas nos processos de licenciamento. Como este não é o foco do trabalho e existem várias definições para capacidade de suporte, faz-se somente esta consideração para contextualizar o entendimento de algumas propostas encaminhadas pelos ambientalistas dentro do COMDIAL, ou por ter ligação direta com a AAE.

A AAE pode auxiliar na contextualização dos empreendimentos melhorando a visão dos cenários futuros. Conforme Cunha, (2009)

Diversos setores da sociedade regional, com destaque para as entidades ambientalistas, posicionaram-se publicamente pela realização de uma avaliação ambiental estratégica, integrando as visões sobre as consequências de todas estas intervenções na dinâmica territorial. (CUNHA, 2009, p. 81)

Conseguindo sensibilizar o governo do Estado de São Paulo, inicia-se em agosto de 2009, pelas Secretarias Estaduais de Economia e Planejamento, Desenvolvimento e Meio Ambiente, a elaboração do PINO - Porto, Indústria, Naval, *Offshore* - Planejamento Ambiental Estratégico do Litoral Paulista. Como o contexto de obras e investimentos do Litoral Norte era grande e o governo do Estado pretendia fazer uma ampliação portuária e no Conselho Estadual do Meio Ambiente, a bancada ambientalista fazia pressão por uma Avaliação Ambiental Estratégica, o governo contrata e realiza a Avaliação Ambiental Integrada do Litoral Norte, cujo produto foi realizar um diagnóstico e um prognóstico com cenários futuros e que auxiliaria na construção da AAE (SÃO PAULO, 2009c).

Conforme o próprio documento:

O diferencial da AAI para uma Avaliação Ambiental Estratégica com caráter de AAE Regional para o Litoral Norte é que a AAE poderia extrapolar o contexto dos impactos sinérgicos e cumulativos dos projetos planejados e debruçar-se de forma mais ampla sobre todos os Fatores Críticos estratégicos para o planejamento do desenvolvimento regional, de forma a construir um modelo de desenvolvimento sustentável baseado na avaliação dos impactos adversos de outras opções estratégicas para a região, sem resumir-se apenas à avaliação dos efeitos dos novos projetos. (SÃO PAULO, 2009a, p.12)

Portanto, sem o enfoque estratégico e de debates para construção de políticas públicas voltadas para um desenvolvimento que não piore a qualidade de vida da população.

O governo de São Paulo, já em 2008, com estudos preliminares concluiu:

Tendo em vista as características físico-territoriais e ambientais peculiares do Litoral Norte do Estado de São Paulo e as tendências das dinâmicas sociais, econômicas e ambientais em curso, é presumível que quaisquer empreendimentos de grande porte como aqueles propostos tenham o potencial de alterar significativamente tanto a qualidade de vida da população quanto os atributos ambientais da região. (SÃO PAULO, 2009a, p.14)

O movimento ambientalista local queria mais, estavam preocupados em demonstrar para a população da região do Litoral Norte que o contexto do total de empreendimentos a serem realizados ou planejados, fosse considerado no licenciamento de cada empreendimento isolado, onde o somatório dos acúmulos de perdas ou danos ambientais, de uma região ou determinada bacia hidrográfica ou bacia aérea, servisse de parâmetro para as tomadas de decisão em relação à viabilidade ambiental de empreendimentos a se instalarem; a AAE é um instrumento técnico e político e serviria para esta finalidade (BRASIL, 2002).

1.4 Como parte da Sociedade Civil Organizada se mobilizou para atuar na contestação do empreendimento da UTGCA e Plataforma de Mexilhão

As empresas e os governos, tanto Estadual como Federal, estrategicamente dividem os empreendimentos em fatias evitando a análise que debate-se nos parágrafos anteriores. O projeto Mexilhão não seria diferente, o empreendimento foi dividido em Parte Marítima e Parte Terrestre, deixando claro que os processos seriam aprovados separadamente, pois, como dar licença para fazer a exploração e tubulação sem que a unidade de tratamento fosse licenciada?

Nas obras rodoviárias o mesmo procedimento é utilizado ainda hoje, licenciam os contornos no litoral e a duplicação no planalto, o trecho de serra que unirá os dois complexos rodoviários e que é o mais sensível, fica praticamente ‘licenciado’, a sociedade muito pouco ou quase nada pode fazer a não ser propor medidas compensatórias e mitigadoras.

Na Audiência Pública - AP promovida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA que tratava somente da parte Terrestre do empreendimento projeto Mexilhão as apresentações e esclarecimentos foram pífios e após descontentamento do movimento ambientalista sobre a apresentação do EIA – Rima solicitou-se à Petrobras uma Reunião Pública para maiores esclarecimentos. Ao mesmo tempo eram anunciadas novas obras para a região, acirrando os ânimos dos ambientalistas, já preocupados com o ‘atropelo’ deste processo de licenciamento, conduzido a ‘toque de caixa’.

O projeto teve sua implantação iniciada ao mesmo tempo em que outras grandes intervenções foram anunciadas para a região, gerando inquietação entre segmentos da sociedade regional, com destaque para os movimentos ambientalistas, cujas reações se acirraram em função da condução inábil das audiências públicas por parte do órgão licenciador. (CUNHA, 2009, p. 80)

A reunião foi convocada em 2007, porém o setor responsável dentro da Petrobras, não se mostrou sensível à questão e fez uma apresentação pouco esclarecedora sobre o processo apresentado no licenciamento, repetiu-se e em nada acrescentou ao que havia sido colocado na Audiência Pública. O descontentamento com o que havia ocorrido na reunião foi grande, entidades ambientalistas e outros atores da comunidade queriam maiores explicações e, também, saber como poderiam interferir no processo.

Os representantes do movimento ambientalista, acintosamente se retiraram da reunião. Reunidos do lado de fora do local onde estava ocorrendo o evento para decidir o que fariam a respeito do que estava acontecendo, foram procurados pela gerência da Petrobras, que também saiu e veio ao encontro dos descontentes. Neste momento, feitas às colocações sobre posicionamentos que desagradavam o movimento, surgiu o início de uma busca de Diálogo.

Em reunião dos ambientalistas, avaliou-se que a Petrobras com esta atitude de procurar o movimento social descontente, estava disposta a dialogar com o setor da sociedade civil organizada da região que historicamente apresentava representações ao Ministério Público (MP) apontando fragilidades do empreendimento, o que, frequentemente, se tornava uma ação civil pública ou uma ação popular. O entendimento entre os ambientalistas era de que a Petrobras se dispunha a achar alguma maneira de não “judicialização” do processo, com a abertura de um canal direto de comunicação, sinalizando ainda que gostaria que o MP participasse.

Esta é uma das justificações mais usuais. É comum mencionarem-se os tribunais “abarroados”, a demora e a dificuldade de se chegar a uma solução definitiva e o risco de um ente não conseguir “levar nada”, visto que pode “perder” tudo caso não haja negociação prévia. (ACSERAD & BEZERRA 2010, p.47)

No entendimento da maioria dos ambientalistas da região, este novo contexto poderia propiciar um cenário que ajudaria no avanço para divulgar e discutir com a sociedade a exposição aos riscos e impactos ambientais melhorando o entendimento e criando condições para a busca de qualidade de vida, segundo Viglio:

No caso das entidades ambientalistas, uma grande parte destas ao avaliarem a inevitabilidade de instalação do empreendimento na região em função de aspectos conjunturais e estruturais, optaram por empregar sua expertise científica no processo de negociação de medidas mitigadoras e compensatórias diretamente junto ao empreendedor, ao invés de empregar tais conhecimentos para pressionar o IBAMA pela não aprovação da licença prévia do empreendimento como vinham fazendo até então. Em ambas as estratégias, muitas dessas ONGs alegaram grandes dificuldades de atuação, principalmente pela dificuldade em discutir riscos e impactos ambientais relacionados a uma atividade em que o empreendedor possui o monopólio do conhecimento no país. (VIGLIO, 2011 p. 11 e 12)

Nesse mesmo contexto de disposição ao debate, um ator novo apareceu no cenário para mediar este conflito, a UNISANTOS, por meio do prof. Dr. Ícaro Aronovich da Cunha que já estava trabalhando com a Petrobras em outra situação de mediação de conflitos na Baixada Santista.

A proposta metodológica do professor, relatada no próximo capítulo, dos “ganhos mútuos”, baseada em técnicas do *Consensus Building Institute*, fora um dos argumentos para convencimento destes atores para o Diálogo.

Passado este momento e iniciada uma nova etapa, inúmeras reuniões ocorreram para tratar de como as entidades do movimento social poderiam saber mais sobre o detalhamento técnico das questões ambientais do empreendimento, qual seria o modelo de reuniões e de troca de informações que se institucionalizaria. Vários caminhos foram apontados para o acompanhamento de maneira constante, com o fornecimento de informações, quase em tempo real, e de esclarecimentos sobre pontos duvidosos ou conflituosos do empreendimento.

Nas reuniões e nos debates, foi sugerido montar uma ouvidoria nos moldes da ouvidoria criada para o Gasoduto Brasil-Bolivia (GASBOL), porém, no decorrer destes encontros algo que se mostrou necessário e motivador, para ambas as partes, e factível de ser absorvido pela empresa e daria um rumo para concretização de objetivos das entidades sociais envolvidas, foi a possibilidade concreta de se instituir um Centro de Experimentação em Desenvolvimento Sustentável (CEDS).

O CEDS daria suporte físico e financeiro para a institucionalização de um Comitê da Promoção do Diálogo para a Sustentabilidade do Litoral Norte do Estado de São Paulo – COMDIAL. Dessa forma, essas instituições, através de recursos da empresa poderiam fomentar a discussão e implementação da Sustentabilidade na região. Cabe destacar que esta iniciativa foi tomada fora do processo de licenciamento; é uma decisão gerencial, não prevista nas medidas mitigadoras e compensatórias do empreendimento.

Não foi uma decisão de encaminhamento simples e tranquilo e gerou vários outros desdobramentos, que serão tratados mais adiante, como constata Viglio:

A decisão de um coletivo de ONGs em dialogar diretamente com o empreendedor numa instância chamada Comitê de Diálogo para Sustentabilidade do Litoral Norte – COMDIAL foi muito criticada por uma série de outras lideranças do litoral norte. Do mesmo modo as relações de conflitos foram constantes mesmo entre as ONGs que participaram do processo de negociação com o empreendedor. (VIGLIO, 2011 p.13)

1.5 O Diálogo e sua metodologia para mediação do Conflito Ambiental, o Convênio e a forma de adesão ao processo

Um conflito ambiental, derivado dos impactos ambientais e sociais decorrente da realização de grandes empreendimentos na região, tornou-se evidente para os atores envolvidos, conforme explica Viégas:

Essas lutas simbólicas e de poder entre os agentes sociais derivadas dos distintos tipos de relações por eles mantidas com seu meio natural vêm a desencadear muitas vezes o que se convencionou chamar de “conflitos ambientais”, i.e, conflitos pelo controle dos recursos naturais, conflitos derivados dos impactos ambientais e sociais decorrentes de determinados usos, conflitos ligados aos usos e apropriações dos conhecimentos ambientais etc. (VIÉGAS, 2007 p.24)

As perspectivas de alteração da vocação turística do LN, para uma região portuária e petrolífera, gera uma disputa de poder, entre o governo, através dos poderes públicos: federal e estadual, e, a sociedade civil que, por sua vez não tem instrumentos para alterar as decisões e alterar o atual quadro desenhado para o desenvolvimento da Nação.

Tais conflitos revelam, em geral, modos diferenciados de existência que colocam em questão o próprio conceito de desenvolvimento, assim como expressam a luta pela autonomia de grupos que resistem ao modelo de sociedade urbano-industrial e às instituições reguladoras do Estado moderno. (ZHOURI & LASCHEFSKI 2010, p.26)

A Petrobrás, a Companhia Docas de São Sebastião e a Desenvolvimento Rodoviário S/A - DERSA, todas empresas governamentais de economia mista, são os atores que hoje mais se destacam no contexto destes conflitos ambientais. O primeiro setor (governo) através do segundo setor (empresas), que são de sua propriedade, impõe o modelo de desenvolvimento que pretende, exercendo seu poder sobre o terceiro setor (sociedade civil) com a alteração de seu modo de vida e com grande interferência no meio ambiente.

A estratégia de ‘ganhos mútuos’ para a mediação deste conflito, optada pela mediação do Diálogo será descrita nos itens a seguir. Há necessidade de se aprofundar ainda mais esta questão de conflito ambiental entre sociedade civil e governo/empresas, onde o conflito de visões sobre a apropriação do meio ambiente se acirram: por um lado como lugares sociais com valores trazidos pelas comunidades locais, por outro, entendendo estes lugares apenas como espaços que contem recursos naturais e ou são propícios para instalações que servem somente para exploração capitalista. (ZHOURI & OLIVEIRA, 2010)

Na sociedade, os sujeitos sociais apresentam-se como portadores de relações e interações diferenciadas com o meio ambiente, considerando como uma construção ao mesmo tempo simbólica, social e material. Além de diversos, os sujeitos se localizam desigualmente na sociedade. São, então, portadores de visões concorrenciais sobre o meio ambiente e a natureza, fato que chama atenção para desigualdades na distribuição dos recursos naturais e dos riscos do desenvolvimento. Essas assimetrias revelam a hegemonia de determinadas categorias do pensamento que pretendem construir o debate ambiental como global, universal e consensual, obscurecendo as relações de poder que, de fato, existem e promovem o deslocamento da política para a economia, do debate sobre direitos para o debate sobre interesses. (ZHOURI & OLIVEIRA 2010, p.444)

1.5.1 A abordagem dos ‘ganhos mútuos’ como mediação de conflitos ambientais

Segundo Cunha (2009): “A abordagem dos ganhos mútuos para resolução de disputas é um conjunto de propostas de estratégias que facilitam a construção de entendimentos em situações de conflito envolvendo muitos atores”.

Esta abordagem é trabalhada pelo Consensus Building Institute, centro de pesquisa que reúne trabalhos do M.I.T. e Escola de Direito de Harvard, e divulgada por meio do International Programme on the Management of Sustainability. Propõe a superação de jogos de soma zero (em que um lado ganha e outro perde) por novas estratégias baseadas no reconhecimento dos interesses das outras partes para que seja possível construir combinações positivas com os próprios objetivos, em cada situação de conflito. (CUNHA, 2009, p. 83)

Tal metodologia possui os mesmos objetivos que a Teoria dos Jogos: todos anseiam por rapidez e efetividade de resultados; redução de custos administrativos e judiciais; redução de duração e reincidência dos litígios; facilitação da comunicação e promoção de ambientes cooperativos; e transformação e melhoria das relações sociais (VIÉGAS, 2007). Neste caso, especificamente, a busca do DS.

Segundo Zhouri e Laschefski, (2010), a estratégia para o desenvolvimento sustentável que vem crescendo na sociedade desde a Eco92, e preponderante nos dias de hoje, tem em um de seus vieses, os grupos ambientalistas, que, sob a alegação de ‘amadurecimento’, assim como alguns setores empresariais, por necessidade de divulgar sua responsabilidade socioambiental, optaram pela troca do confronto pelo entendimento através do diálogo e parcerias, a fim de se promoverem soluções. No caso do COMDIAL a sustentabilidade da região.

A busca de entendimentos por meio de diálogos em conflitos socioambientais ocorre quando envolve grandes empresas com o porte da Petrobras e interesses nacionais, pois, na racionalidade economicista/desenvolvimentista, a autonomia da produção de petróleo e gás pode economizar recursos e garantir mais investimentos para o país e é estratégica para o governo.

Do lado dos ambientalistas, que vislumbravam avanços nas relações conflituosas, entendiam que o acesso às informações possibilitariam entendimentos melhores dos projetos e efetivariam propostas de mudanças de rumos, como realmente ocorreram conforme será tratado mais a frente. Mas é necessário observar que ao considerarem-se estes contextos como ganhos mútuos existem uma desproporcionalidade nos ganhos de cada lado:

A imagem da Petrobras como empresa com responsabilidade socioambiental fica tremendamente valorizada, o COMDIAL é divulgado internacionalmente pela empresa como *case* de sucesso, enquanto o movimento ambiental ‘amarga a pecha’ junto à sociedade de que estaria ‘vendido’, cooptado pela empresa. A “estratégia de convencimento junto ao empresariado, para adoção de planos de gestão ou manejo ambiental” (ZHOURI & LASCHEFSKI 2010, p.14) é, proporcionalmente, insignificante como ganhos do movimento ambiental.

1.5.2 O Convênio e a forma de adesão

A sustentação do COMDIAL foi realizada através de um Convênio entre a Petrobras e a Universidade Católica de Santos – UNISANTOS, pela sua mantenedora a Sociedade Visconde de São Leopoldo para que recursos pudessem ser gerenciados. O CEDS é o braço executor do projeto e uma equipe contratada organiza e operacionaliza o COMDIAL, suas deliberações e propostas.

No Convênio três partes estão envolvidas, de um lado o empreendedor Petrobras, de outro as Organizações não governamentais - ONGs do Colegiado de Entidades Ambientalistas do Litoral Norte – ReaLNorte, dos quais, doze (12) assinaram como coparticipes do Convênio, porém, as decisões de encaminhamentos são tomadas pelas 17 ONGs e OSCIPs, hoje cadastradas no ReaLNorte, através de um representante na Comissão de Coordenação, conforme será explicado no capítulo seguinte.

Na concepção do Diálogo, outros segmentos podem aderir ao COMDIAL, inclusive é de interesse que os atores sejam ampliados, os convites ao Ministério Público Estadual e Federal foram feitos, porém declinaram, o Governo do Estado foi convidado também e aceitou através da Fundação Florestal do Estado de São Paulo que administra as Unidades de Conservação Estaduais do Litoral Norte (UCs).

A oficialização da participação é feita por meio da assinatura de um termo de compromisso com as propostas de tomadas de decisão por consenso nas deliberações e aceite em buscar a concretização do Desenvolvimento Sustentável para a região. Utilizou-se no Convênio o conceito e definição do capítulo dois do livro *Nosso Futuro Comum*, de 1991 (CMMAD, 1991).

As deliberações das reuniões do COMDIAL se dão por consenso, a mediação tem um papel fundamental para que as divergências sejam superadas e não exista necessidade de votar as propostas que são encaminhadas, a Comissão de Coordenação procura também trabalhar e debater antecipadamente as questões que serão levadas às plenárias.

1.6 O conceito de desenvolvimento sustentável para adesão ao Diálogo

Os Planos pós Segunda Guerra Mundial ajudam a entender o conceito de desenvolvimento ligado ao pensamento hegemônico e seus interesses, o Plano *Morgenthau* de 1944 previa como punição pela perda da guerra, uma reversão do desenvolvimento de uma nação industrial perigosa, tornando-a novamente agrícola, mas que não prosperou, pois os planos americanos para o progresso não contavam com uma Alemanha paralisada economicamente. O Plano *Marshall* de 1948 discutia o Programa de Recuperação Europeia, mas não passou de um golpe político de autoajuda travestido de um gesto de doação, na verdade, ajudava os países vencedores da Guerra, principalmente os EUA, que se firmava como a nação mais importante do ‘Mundo Livre’ (SACHS, 2000).

O conceito de desenvolvimento tem referências e construção histórica que remontam ao século XVIII passando da biologia para a economia, mas é com o discurso do presidente americano Truman, em 20 de janeiro de 1949, que a construção social de 200 anos do significado histórico político é usurpado e ganha uma transformação, o termo de ‘subdesenvolvidos’ para afirmar a hegemonia americana perante o mundo deu um novo significado ao ‘desenvolvimento’ (SACHS, 2000).

A ideologia que traz este modelo onde a busca pelo padrão de desenvolvimento americano, separou o Norte do Sul, criando um distanciamento que aumenta ano a ano e a impossibilidade concreta, pela capacidade de suporte do planeta, de se alcançar um mesmo padrão de desenvolvimento, contrariando as promessas de que haveria uma igualdade econômica para o futuro distante. Para se conseguir ter o mesmo consumo de energia *per capita* de quem vive em Los Angeles, a população atual deveria ter cinco planetas a sua disposição (SACHS, 2000).

Os debates sobre o desenvolvimento internacional acompanham as razões políticas do Hemisfério Norte, o significado de desenvolvimento depende dos interesses das nações mais ricas. As preocupações com as desigualdades do mundo aliadas aos problemas ambientais, travadas na década de 1960 levam a um entendimento maior e científico de que o planeta possui uma limitação dada pela sua capacidade de sustentação, várias teorias foram construídas e em 1987 o Relatório Brundtland fez o casamento entre desenvolvimento e meio ambiente (SACHS, 2000).

O termo Desenvolvimento Sustentável (DS) difunde-se no início da década de 1980, utilizado pela *International Union for Conservation of Nature* (IUCN) em 1986 na sua Conferencia Mundial sobre Conservação e Desenvolvimento, como um novo paradigma, que tinha como princípios: integrar a conservação da natureza com desenvolvimento; satisfazer as necessidades humanas fundamentais; perseguir a equidade e justiça social; buscar a autodeterminação social; respeitar a diversidade cultural e manter a integridade ecológica (MONTIBELLER-FILHO, 2008).

Por decisão consensuada entre a Petrobras, o ReaLNorte e a mediação da UNISANTOS, por propositura desta última, utilizou-se a definição conceitual de DS segundo o *Nosso Futuro Comum*:

O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade e as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades. (CMMAD, 1991, p. 46)

No detalhamento do conceito de DS, o Relatório Brundtland persegue vários dos princípios colocados pela IUCN destaca-se aqui o que serve para justificar teoricamente a decisão da Petrobras em participar de um Convênio deste tipo, segundo o Relatório:

No tocante a recursos não renováveis, como minerais e combustíveis fósseis, o uso reduz a quantidade de que disporão as futuras gerações. Isto não quer dizer que esses recursos não devam ser usados. Mas os níveis de uso devem levar em conta a disponibilidade do recurso, de tecnologias que minimizem seu esgotamento, e a probabilidade de se obterem substitutos para ele. Portanto a terra não deve ser deteriorada além de um limite razoável de recuperação. No caso dos minerais e dos combustíveis fósseis, é preciso dosar o índice de esgotamento e a ênfase na reciclagem e no uso econômico, para garantir que o recurso não se esgote antes de haver bons substitutos para ele. O desenvolvimento sustentável exige que o índice de destruição dos recursos não renováveis mantenha o máximo de opções futuras possíveis. (CMMAD, 1991, p. 49)

O Relatório considera que o Desenvolvimento Sustentável não trava o crescimento, mas o estimula, não mais para alcançar a felicidade do maior número de pessoas, mas busca conter o desastre ambiental para as futuras gerações (SACHS, 2000).

A opção em tratar como base o DS gera uma série de contradições, pois, na realidade o aceite pela Petrobras de que a definição de Desenvolvimento Sustentável fosse a do Relatório Brundtland decorre do fato de que a construção desta noção de desenvolvimento sustentável é uma alternativa que tenta reconciliar o abismo existente entre a exploração pelo capital de recursos naturais e a possibilidade de preservação ambiental, baseada nos avanços tecnológicos e na organização social que a sociedade vem conquistando (ASSIS, 2007).

Com isso, a Petrobras não se vê ameaçada, pois, apesar de ser monopólio estatal, tem seu capital aberto e depende de investimentos e investidores, além de ser uma atividade imprescindível dentro deste modelo de desenvolvimento. Dependente da energia decorrente da utilização de hidrocarbonetos, qualquer outra proposta que pudesse abalar suas missões e estruturas ela rechaçaria.

Tanto os ambientalistas como a Petrobras, ao fixarem a base teórica para sustentar e justificar o diálogo ficam ainda com as contradições inerentes de suas atividades e propósitos dos quais, duas merecem destaque:

- uma de caráter ambiental que foi posta mais recentemente com o relatório do Intergovernmental Panel on Climate Change - IPCC de 2007 que é a influência para as mudanças climáticas devido ao Aquecimento Global, pela emissão de gases do efeito estufa com a queima destes combustíveis fósseis. (WWF 2012), com consequências para toda humanidade, portanto, uma problemática ambiental global promovida pela atividade fim da petroleira e que deveria ser enfrentada pelo movimento ambiental;
- outra que é a de caráter político, exemplificada pelas decisões tomadas pelo governo federal brasileiro como interesse nacional de soberania, com viés economicista para o crescimento dentro do modelo tradicional de desenvolvimento cuja defesa é do interesse de grupos econômicos que, no discurso, dizem trazer empregos e renda, desconsiderando a vocação do turismo regional e os interesses e a cultura da população local, deteriorando a qualidade de vida da população local em detrimento desses interesses ‘maiores’.

O movimento ambiental vislumbra com este diálogo um acesso às informações e consecução de projetos que iniciam um novo modelo de desenvolvimento, já a Petrobras queria garantir a não ‘judicialização’ de seus projetos e a sua imagem socioambiental.

2

Descrevendo os Atores Envolvidos no Diálogo ONGs, PETROBRAS, UNISANTOS e Unidades de Conservação - UCs

2.1 As ONGs

O COMDIAL envolveu um setor específico da sociedade civil, no caso as Entidades Ambientalistas no Litoral Norte. Estas associações, desde 2003, se organizam em um Colegiado chamado Rede de Entidades Ambientalistas do Litoral Norte (ReaLNorte), que se define da seguinte forma:

O ReaLNorte é um colegiado que funciona como fórum permanente das entidades ambientalistas e socioambientalistas do Litoral Norte de São Paulo. Seus membros se comprometem com o Regimento Interno e uma Carta de Princípios, cujo objetivo principal é articular as ONGs e OSCIPs frente as políticas públicas de meio ambiente federais, estaduais e também as municipais que tenham repercussão regional. (REALNORTE, 2012)

A forma de participação deste colegiado no COMDIAL ocorreu por deliberação em uma plenária do ReaLNorte. Após algumas reuniões foi decidido de que o Convênio que dá suporte ao COMDIAL, apesar das 12 ONGs serem coparticipes (1ª assinatura), teria a participação efetiva das 17 entidades que faziam parte do colegiado. As decisões da representação do ReaLNorte na Comissão de Coordenação utilizaria a rede virtual do colegiado para se posicionar.

No decorrer dos anos, de 2008 para cá, duas entidades deixaram de existir e uma resolveu sair como coparticipes do Convênio, mas estes acontecimentos não alteraram o *modus operandi* do grupo. Houve uma alteração na coordenação e o grupo passou a ter três representantes em vez de um, porém as decisões continuaram a ser tomadas pela rede virtual e nas reuniões presenciais do colegiado.

2.2 A PETROBRAS

A Petrobras é a empresa que aportou recursos para o processo do diálogo junto com as entidades ambientalistas, através de um Convênio com a Sociedade Visconde de São Leopoldo (SVSL), sem que houvesse deliberação legal específica para isto, quer dizer, não faz parte das exigências de medidas mitigadoras ou compensatórias do processo de licenciamento.

Foi uma decisão estratégica do setor de Exploração e Produção (E&P) da Petrobras através de sua gerência de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS) corporativo. A empresa se apresenta em seus Relatórios de Sustentabilidade (RS):

A Petrobras é uma sociedade anônima de capital aberto e de economia mista, sob controle do governo brasileiro, por meio do Ministério de Minas e Energia. Fundada em 1953, é líder do setor petrolífero no Brasil. Ao final de 2009, foi considerada a quarta maior companhia de energia do mundo, com base no valor de mercado, segundo o ranking da consultoria PFC Energy. Na indústria de óleo, gás e energia, atua de forma integrada e especializada nos segmentos de exploração e produção (E&P), refino, comercialização, transporte, petroquímica, distribuição de derivados, gás natural, energia elétrica e biocombustíveis. Além do Brasil, a companhia atua em 27 outros países, nos segmentos de exploração e produção, refino, distribuição, petroquímica, energia elétrica e com escritórios de representação. Também realiza acordos internacionais de cooperação para o desenvolvimento recíproco da cadeia produtiva de petróleo. (PETROBRAS, 2009, p.17)

Empresas do Sistema PETROBRAS:

A composição do Sistema Petrobras inclui a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), suas subsidiárias, controladas, controladas em conjunto e coligadas e joint ventures. Grande parte dos nossos serviços se concentra nas atividades operacionais das principais subsidiárias: Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras); Petrobras Distribuidora S.A.; Petrobras Transporte S.A. (Transpetro); Petrobras Química S.A. (Petroquisa); Petrobras Biocombustível S.A.; Liquigás Distribuidora S.A.; Refinaria Alberto Pasqualini S.A. (Refap); Petrobras Gás S.A. (Gaspetro); Petrobras Energia S.A. (Pesa); Petrobras Colômbia LTD (PEC); Petrobras America Inc. (PAI). (PETROBRAS, 2011, p.10)

2.3 A UNISANTOS

O ator UNISANTOS no diálogo é o braço acadêmico que dá o suporte teórico e de *expertise* na estratégia de ação e de experimentação ao processo. O CEDS é gerido pela mantenedora da UNISANTOS, a Sociedade Visconde de São Leopoldo, uma entidade de direito privado que, também, é quem recebe os recursos do Convênio, conforme explicado anteriormente.

A Universidade Católica de Santos (UNISANTOS) é uma Instituição de Ensino Superior Confessional, que se rege por seu Estatuto, pelo Regimento Geral, pela legislação em vigor e pelo Marco Referencial, que explicita a Identidade Católica da Instituição. A Católica UNISANTOS é dividida em Unidades Universitárias, cada uma delas representando uma área, ou um conjunto de áreas afins. Na UNISANTOS, essas unidades são os Centros, Institutos, ou outras, cuja denominação é estabelecida pelo Conselho Universitário - um dos órgãos da Administração Superior da Universidade. Os Centros são administrados por um diretor e por um Conselho de Coordenadores de Curso. A Direção é o órgão executivo que supervisiona e administra as atividades de cada Centro. (SANTOS, 2012)

Na universidade, o COMDIAL está vinculado ao Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas (IPECI), uma Unidade Universitária.

2.4 As Unidades de Conservação - UCs

O Litoral Norte paulista possui várias Unidades de Conservação de esferas diferentes de governo e Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs). Para o trabalho destacam-se aquelas que estão participando, tanto estaduais quanto federais, que possuem representação junto ao COMDIAL. A participação das Unidades de Conservação no COMDIAL começou na segunda metade do primeiro ano do Convênio.

A única Unidade de Conservação federal que participa frequentemente do COMDIAL, é a Estação Ecológica Tupinambás (ESEC Tupinambás). O Parque Nacional da Bocaina possui área sobreposta ao Parque Estadual da Serra do Mar, porém, não tem sede no Litoral Norte e não participa do Diálogo. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), por meio de sua sede regional em Caraguatatuba, apesar de não ser uma UC, frequenta assiduamente as plenárias do COMDIAL.

As Unidades de Conservação estaduais da região são: Parque Estadual da Serra do Mar (PESM) representado pelos seus núcleos de São Sebastião, Caraguatatuba e Picinguaba; Parque Estadual da Ilha Anchieta (PEIA); Parque Estadual da Ilhabela (PEIb); a Área de Proteção Ambiental Marinha Litoral Norte (APAM-LN); representada pelos setores Cunhambebe, Maembipe e Ypautiba e a Área de Relevante Interesse Ecológico de São Sebastião (ARIE – SS), setores: Cebimar - USP; Costão do Navio e Boiçucanga.

A representação na Comissão de Coordenação das Unidades de Conservação do Estado é feita pelo gestor no Núcleo São Sebastião do PESM, em nome das demais Unidades de Conservação. Segundo relato, o mecanismo que ele utiliza para auxiliar nos processos de tomada de decisão do grupo é por mensagens eletrônicas e ou reuniões presenciais.

3

Avaliando o Diálogo e seus Objetivos

A Petrobras é uma empresa com várias subsidiárias que são autônomas, e se articulam pouco, o que dificultou a sua participação no COMDIAL. Quando o funcionário do setor que negociou com os ambientalistas e com a UNISANTOS o Convênio e ocupou a representação da Petrobras na Comissão de Coordenação, durante a primeira fase do Convênio, foi substituído por promoção, seu substituto, não era assíduo nas reuniões, com muitas ausências que comprometiam o processo. Esta mudança abalou a confiança e a forma de troca de informações entre os ambientalistas e a Petrobras, já estabelecida, e modificou significativamente a interlocução no decorrer do processo.

A Petrobras e suas subsidiárias tratam de negócios diferentes da empresa e são autônomas. Decidem e realizam projetos sem conversarem. Esta situação gerou desentendimentos e desconfortos para os atores do Diálogo, como desconfiança e descontentamento dos interlocutores, porém, sempre que possível, os assuntos eram trabalhados e debatidos com o grupo e todos os projetos que estavam previstos ou propostos na região eram apresentados e trabalhadas as informações no COMDIAL, conhecendo, palpitando e interferindo.

Ficou muito claro para os ambientalistas que a separação da empresa em várias subsidiárias, projetos de distribuição, de transporte, são tratados alheios à Petrobras em si. Conversar com uma gerência não é a mesma coisa que conversar com outra. São 'Petrobrases' diferentes. Outra situação complicadora foram as empresas terceirizadas que executam as obras licitadas pela Petrobras e são fiscalizadas e operacionalizadas por gerências de empresas diferentes, com perfis e atuações diferentes, portanto, imaginar que o Diálogo interfere na política ambiental de uma empresa seria uma ingenuidade; a interferência que ocorria era na execução dos projetos da região e da gerência envolvida, especificamente, em alguns destes projetos.

Por relatos dos agentes da Petrobras envolvidos com o COMDIAL, existe um trabalho interno feito por estes representantes da Petrobras na Comissão de Coordenação do Convênio, tentando aglutinar e ‘catalisar’ o que está sendo pensado para a região pelas diferentes subsidiárias e, ao mesmo tempo, colocar esta situação para o Diálogo, buscando sensibilizar as outras ‘Petrobrases’ da importância socioambiental conquistada por eles na sociedade.

O Convênio inicialmente foi pensado em dois anos de execução, porém foi elaborado um aditivo que prolongou por mais dois anos, com término em dezembro de 2012, sem possibilidades de novo aditamento de prazo.

Nos primeiros dois anos a representação da UNISANTOS no Convênio era executada por um professor doutor que atuava com muita autonomia no processo, ao cabo destes dois anos, a ReaLNorte, descontente com alguns fatos que estavam ocorrendo, solicitou a substituição deste representante. O processo de substituição foi traumático para o andamento do Convênio, a UNISANTOS que até então estava delegando e dando autonomia à gestão do Convênio, tomou pé da situação e algumas correções de rumos tiveram que acontecer. A partir disso, a burocracia e o controle imperaram frente à autonomia e experimentação que vinham sendo trabalhados até então.

Dentre os objetivos deste Convênio (2008) de cooperação-técnica científica e administrativa e de diálogo entre a Petrobras e o movimento ambientalista, por meio da UNISANTOS, encontram-se: a realização de programas de pesquisa e desenvolvimento; o intercâmbio de informações técnicas e científicas; o treinamento e a realização de cursos e oficinas, conferências e seminários; a utilização de laboratórios, oficinas e bibliotecas, e outras dependências; e instalações necessárias para o desenvolvimento das atividades relacionadas.

Como objetivo específico, estabelecer a integração entre a Petrobras, a UNISANTOS e os Coparticipantes, objetivando a implantação e desenvolvimento do Comitê de Promoção do Diálogo para a Sustentabilidade do Litoral Norte do Estado de São Paulo, aqui denominado COMDIAL, e do Centro de Experimentação em Desenvolvimento Sustentável... (CONVÊNIO, 2008)

3.1 Indicadores de Avaliação

3.1.1 Reuniões do COMDIAL – CEDS

As reuniões do COMDIAL sempre são precedidas por reuniões da comissão de coordenação. As reuniões plenárias são abertas, pontos de divergência entre os participantes do Diálogo, se não consensuado na Comissão de Coordenação são consensuados na plenária do COMDIAL. Nunca houve votação para as deliberações. As deliberações são da ordem de priorização de utilização de recursos, temáticas dos seminários, oficinas e cursos, solicitação de informações da Petrobras.

Em relação às informações que a Petrobras traz ao COMDIAL, há uma pauta permanente, fixa, e a solicitação da informação a ser trazida passa sempre pela Comissão de Coordenação. Por parte do ReaLNorte, as pautas propostas estão quase sempre ligadas ao projeto da UTGCA, mas também às operações da Petrobras na região que, além da UTGCA, tem o Terminal Marítimo Almirante Barroso que possui um passivo ambiental de anos, como, por exemplo, o despejo de materiais contaminados no Canal de São Sebastião, antes sem monitoramento, agora monitorado, que com a construção de uma Estação de Tratamento de Efluentes deverá ter seu rejeito tratado, cessando o lançamento de poluentes.

O CEDS é a base fixa do COMDIAL, sua sede, tendo funcionários contratados para execução dos projetos e eventos propostos. Faz a contratação de pessoal, locação de teatros entre outros, para viabilizar as propostas deliberadas pelo COMDIAL e somente estas.

3.1.2 Seminários Temáticos

Ocorreram 10 eventos como Seminários Temáticos, conforme títulos relatados a seguir, que reuniram entre 150 a 300 pessoas cada, a decisão dos temas fora pelo COMDIAL e incluíam demandas da comunidade, do Convênio e reuniram diversos profissionais das áreas envolvidas (CUNHA, 2010, p.2).

- Avaliação Ambiental Estratégica;
- Aquecimento Global e consequências no litoral;

- Unidades de Conservação e serviços para a Sustentabilidade;
- Turismo Sustentável;
- Saneamento Ambiental;
- Melhoria do Licenciamento Ambiental;
- Gerenciamento de Riscos Ambientais;
- Projeto de Ampliação do Porto de São Sebastião;
- Educação para a Sustentabilidade.

Cabe ressaltar como exemplo a Oficina de Capacitação Internacional, promovida para os parceiros como uma capacitação em negociação ambiental, com a vinda de equipe do *Consensus Building Institute* do M.I.T. e *Harvard Law School*. (CUNHA, 2010 p.3) que demonstra a força que esta abordagem de mediação de ‘ganhos mútuos’ obteve.

3.1.3 Fóruns de Sustentabilidade

Ocorreu somente um fórum de sustentabilidade no final do primeiro ano do Convênio, a realização do segundo foi comprometida e os recursos alocados para a segunda fase do Convênio.

3.1.4 Oficinas e Cursos

A seguir, estão elencadas as diversas oficinas e cursos realizados pelo COMDIAL:

- Turismo Sustentável;
- Neutralização de Gases do Efeito Estufa – GEE;
- Ações de Interesse Socioambiental na Bacia do Juqueriquerê – Módulo I e II;
- Desenvolvimento Sustentável e Segurança Pública;
- Plano Municipal de Ecoturismo de São Sebastião – Oficina de trabalho;
- Recuperação de Áreas Degradadas e Sequestro de Emissões de Carbono através do plantio de mudas florestais nativas da Mata Atlântica;
- Design para a Sustentabilidade e palestra Cidades em Transição – Terra Deusa: a arte da vida em sociedades sustentáveis;
- Debate sobre Ampliação do Porto de São Sebastião - II; Circuito Tela Verde - Cinema;
- Monitoramento das Franjas do Parque Estadual da Serra do Mar; Projetos de Ciclovias no Litoral Norte Paulista - Palestra;

- Pintura de Canecas de Cerâmica – Vivência; Debate sobre Ampliação do Porto de São Sebastião - I;
- Elaboração e gestão de projetos de Patrimônio Cultural: Estratégias por objetivos;
- Introdução à Permacultura - Palestra;
- Comunicação Ambiental; Capacitação de agentes para a valorização do Patrimônio Cultural.

3.1.5 Projetos Experimentais – Ecoprojetos

3.1.5.1 Os 21 Ecoprojetos fase 1

- APELL – A necessidade e o direito de saber da comunidade;
- Aquecedor solar com garrafas plásticas PET;
- Capacitação da mão de obra da construção civil;
- Centro de Documentação do Litoral Norte de São Paulo (CD/LN);
- Centro Experimental de Tecnologias Sustentáveis e Vivências Comunitárias;
- Escola Sustentável de Ensino Médio do Litoral Norte: Concepção político-pedagógica;
- Estação modelo de tratamento de esgoto alternativa de baixo custo;
- Permacultura na Escola Municipal do Corcovado;
- Plano de Manejo do Camburi;
- Projeto Ciclos Contínuos;
- Projeto coleta do óleo de cozinha usado;
- Projeto de Eco lavanderia;
- Projeto de Gestão Ecológica Sustentada: Trilhas de Mata Atlântica Natureza e Cultura;
- Projeto Oficina de tecelagem e fiação com ênfase na fibra de Bananeira;
- Projeto Rádio Diálogo;
- Projeto Rede de Turismo Sustentável – Litoral Norte de São Paulo;
- Projeto Teatro Ambiental – A prática da sustentabilidade;
- Projeto Turismo Científico na Praia Brava;
- Revitalização e Sustentabilidade da Fazenda Santana;
- Turismo de Base Comunitária;
- Viveiros: neutralização de CO₂ (gás carbônico) e geração de renda pela recomposição da Mata Atlântica.

Na avaliação, pelos gestores dos Ecoprojetos da fase 1, baseados nas propostas do Convênio, galgados nos princípios norteadores dos conteúdos para os gestores destes Ecoprojetos:

Segundo definido no Convênio, os temas que integram a listagem de programação preliminar de oficinas e cursos compõem a base de conteúdos para a capacitação de gerentes de ecoprojetos sustentáveis na região do Litoral Norte paulista. Essa formação dá suporte para o desenvolvimento de projetos de intervenção, dentro do escopo visualizado como horizonte para o Diálogo para a Sustentabilidade e as iniciativas associadas. São eles: Matriz energética nacional; Gestão das Unidades de Conservação; Turismo Sustentável; Gerenciamento de Riscos e Plano APELL; Ocupação do Solo e habitação popular; Saneamento; Fiscalização Ambiental; Recuperação de Mata Ciliar; Apoio à Pesca e à Aquicultura; Gestão Ambiental Portuária. (ORTIZ; VIANNA, 2010)

3.1.5.2 Os 17 Ecoprojetos fase 2

- A Horta Pedagógica Escolar: Semeando Sustentabilidade nas Escolas Municipais do Litoral Norte;
- Agência Jovem de Notícias Ambientais do Litoral Norte;
- Cartilha Ambiental do Pescador – Desafios para o futuro; Células de Transformação Sesmaria: caminhos para uma vila sustentável;
- Cuidando bem do nosso lixo: Projeto de Educação Ambiental em Gestão de Resíduos Sólidos;
- O que eu faço com o lixo?;
- Implantação e Adequação da Trilha do Caxetal no PESM-NP para portadores de necessidades especiais com mobilidade reduzida;
- Desenvolvimento do Ecoturismo na Praia da Almada, Ubatuba/SP: Implantação de Roteiro Caiçara e Qualificação Profissional da Comunidade Local;
- Morada de Barro II - Reabilitação da casa tradicional caiçara;
- Projeto Juçara para Ilhabela;
- Feira de Trocas de Produtos, Serviços e Saberes de Ilhabela;
- “A lição que veio do mar” – o teatro como ferramenta lúdica para a Educação Ambiental; “SIGA - Litoral Norte” Sistema de Indicadores, Informações Georeferenciadas e Ambientais do Litoral Norte”;
- Escola de Surf Ambiental;

- Eco capacitação em Tecnologias Sustentáveis;
- Cidadania Ambiental e Desenvolvimento no Litoral Norte;
- Programa Eco notícias.

Os temas e conteúdos dos Ecoprojetos são adequados ao LN, porém tem-se um descompasso entre as atividades desenvolvidas e os desejos de transformação da sociedade, atribui-se essa questão ao nível de consciência crítica das ONGs e suas articulações político - institucionais ainda muito baixos. Analisando os dados disponibilizados pelo CEDS, dos 38 Ecoprojetos do convênio, apenas 11 projetos se dizem abrangente para o LN e 27 são pontuais nos municípios. Nenhum dos ecoprojetos da primeira fase faz a construção de política pública.

Existiram dois projetos diferenciados, na primeira fase, chamados de Projetos de Gestão que estavam focados a viabilizar a participação da sociedade civil nos diversos órgãos colegiados regionais. E que segundo Ortiz e Vianna:

Com relação aos Projetos de Gestão: quando foram propostos, os Projetos de Gestão tinham como objetivo serem instrumentos para garantia de participação da sociedade civil em Fóruns e Conselhos. Entretanto, na forma como eles foram realizados, acredita-se que não cumpriram seu papel. Os responsáveis por sua execução foram penalizados, pois empreenderam esforços, mas não conseguiram dar vazão ao recurso previsto para esse fim (ORTIZ; VIANNA, 2010).

Durante o processo de construção dos editais, uma das questões que se colocava, no grupo de Coordenação, estava ligada às estratégias que as ONGs, enquanto agentes transformadores e formadores de opinião, não traziam ‘a baila’ para a discussão a construção de políticas públicas e/ou alternativas de modelo econômico.

Até o fechamento da redação desta monografia não houve nenhum relatório com a avaliação oficial dos ecoprojetos da segunda fase, pois ainda estão em andamento.

3.1.6. Rede de comunicação

Criou-se um *site* e um portal em forma de revista eletrônica, agora unificados e um único portal, que disponibiliza as informações dos produtos e produções do CEDS e do COMDIAL⁴, a criação de uma rede de informações e comunicação não ocorreu de forma sistematizada, houve uma oficina específica para este fim que não obteve desdobramentos como rede. O fato de o Convênio ter sofrido com mudanças significativas da primeira para a segunda fase pode ser a explicação para o não cumprimento deste objetivo. Na segunda fase do Convênio, a parte de comunicação do CEDS, foi bem incrementada, com acessos ao *Facebook*, *Flick*, *Twitter*, melhorando o acesso às produções do CEDS, mas limitou-se a isto.

Houve desdobramentos informais, como página na rede social *Facebook* de ex-alunos do MBA⁵ e de posicionamento do ReaLNorte após vazamento de óleo no Outeiro⁶ mas são espontâneas e não sistematizadas/monitoradas, pensadas como desdobramento intencional de rede de informações que pudessem interligar o processo do diálogo com a sociedade civil organizada e ou comunidade em geral.

3.1.7. MBA – Negócios da Sustentabilidade

A decisão de realizar curso de *Master Business Administration* – MBA ocorreu quando, no decorrer do Convênio houve um balanço e verificou-se que havia recursos disponíveis para suprir esta demanda por atividades de capacitação.

O sucesso foi imenso, foram abertas as inscrições e 104 pessoas se inscreveram. A coordenação decidiu por fazer duas turmas e o curso com 360 horas caracterizando como especialização e reconhecimento pela UNISANTOS.

A preocupação com a oferta de oportunidades de formação / capacitação para a Sustentabilidade teve como estratégia mais ousada a organização do MBA Negócios da Sustentabilidade, que abriu 104 (cento e quatro) vagas gratuitas para gente dos quatro municípios do Litoral Norte. A contrapartida solicitada é um estágio voluntário em projeto convergente com a busca da Sustentabilidade. (CUNHA, 2010)

Na segunda fase do Convênio, foi formada somente uma turma com 30 alunos, apesar de mais de 50 se inscreverem. Abaixo o rol das matérias desenvolvidas.

⁴ <<http://www.cedslitoralnorte.org.br>>

⁵ <<https://www.facebook.com/groups/209394375829961/>>

⁶ <<https://www.facebook.com/pages/ReaLNorte-de-Olho-no-%C3%93leo/243754232379636?ref=hl>>

3.1.7.1. MBA 1

Disciplinas:

- Patrimônio Cultural e Sustentabilidade;
- Desenvolvimento Sustentável e Negociação de Conflitos Ambientais;
- Gestão Ambiental da Costa;
- Educação para a Sustentabilidade;
- Plano de Negócios;
- Administração Ambiental Pública e Privada;
- Turismo Sustentável;
- Metodologia.

Atividades:

- aulas expositivas;
- trabalhos em grupo e individuais;
- discussões em sala de aula;
- aulas em campo.

Destaque:

- Desenvolvimento Sustentável e Negociação de Conflitos Ambientais: Oficina de Negociação de Conflitos.

3.1.7.2. MBA 2

Disciplinas:

- Patrimônio Cultural;
- Desenvolvimento Sustentável;
- Gestão Ambiental da Costa;
- Educação para a Sustentabilidade;
- Plano de Negócios Sustentáveis;
- Administração Ambiental Pública e Privada;
- Turismo Sustentável;
- Metodologia.

Atividades:

- aulas expositivas,

- trabalhos em grupo e individuais,
- discussões em sala de aula;
- aulas em campo.

Nos cursos do MBA, em suas duas fases, as ementas demonstram a intencionalidade em se buscar cidadãos críticos, transformadores da realidade e se mostra assim mais enfático que os Eco projetos na busca de um novo modelo de desenvolvimento.

4

Discussões em Aberto

O governo brasileiro decidiu que vai produzir mais gás natural por uma situação estratégica e de interesse nacional. Como uma localidade pode enfrentar esta decisão. A Constituição defende esta posição. Por uma questão nacional, esta região terá sua vocação alterada e quase nada pode fazer.

O valor internacional do barril de petróleo bate os U\$ 84,00, com este valor fica viabilizada a exploração de petróleo na camada do Pré-Sal aqui no Brasil. Previsão de instalação de 120 poços na Bacia de Santos, uma de suas áreas de influência: Litoral Norte Paulista.

Nestes dois cenários, recursos da ordem de bilhões em *royalties* virão para os municípios da região (exceto Ubatuba).

Sorte ou azar? Seremos uma nova Macaé? Com esta realidade posta, o movimento ambiental do Litoral Norte e parte da sociedade civil organizada, estão preocupados com os cenários sombrios que se avizinham, pois as notícias divulgadas eram de que os municípios que foram afetados pelo petróleo tinham apresentado maior degradação que antes da vinda desta indústria, o que ficou confirmado pela dissertação de Mestrado de PIZZOL:

É fato que em todo o mundo, nos países produtores de petróleo, as rendas oriundas da atividade petrolífera, especialmente os *royalties*, constituem expressivos valores de arrecadação. O Brasil compartilha dessa realidade: os *royalties* vêm aumentando significativamente a receita de estados e municípios, especialmente após a edição da Lei do Petróleo (Brasil, 1997), representando um enorme potencial para viabilizar a melhoria da qualidade de vida da população, com moradia digna, saneamento, transporte, saúde, educação e outros serviços básicos; a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e a promoção do bem comum, visando a reverter ou a prevenir os processos de empobrecimento social e de degradação ambiental, além de possibilitar a sustentabilidade econômica aos municípios. Entretanto, apesar do conceito implícito aos *royalties* do petróleo, de compensação financeira à sociedade, não se evidencia o crescimento dos benefícios sociais na mesma proporção dos volumes arrecadados.

(...)

Após analisar dados dos cinco municípios que mais recebem *royalties* do petróleo no Brasil – Campo dos Goytacazes, Macaé, Cabo Frio, Rio das Ostras e Quissamã-, confirma-se a existência de um paradoxo: houve nesses municípios uma evolução extraordinária no recebimento das receitas dos *royalties*, de 1991 para 2006. Porém, ao comparar-se a evolução dos dez municípios últimos colocados no *ranking* nacional do IDH-M, no mesmo período, percebe-se que os municípios mais pobres do Brasil tiveram um crescimento extremamente mais expressivo que os cinco municípios que dispõem das grandes somas provenientes dos *royalties*. (PIZZOL, 2008, p. 109)

Com esta realidade posta, o movimento ambiental se colocou à disposição para dialogar com o segundo setor, dada a constatação do ‘fato consumado’; podemos dizer que este foi um exercício pouco praticado pelo movimento ambientalista e que pode ajudar a aprimorar ou mesmo modificar o *modus operandi* até então utilizado, de movimentos reativos e “judicializando” projetos, sem perder este poder de ação e luta.

Entendendo um pouco mais como se opera a grande *holding* Petrobras e, na troca, no entendimento de como o outro trabalha suas ações e operações, também se aprimoram os conhecimentos dos instrumentos que devem ser usados em cada contexto de luta, segundo Habermas:

É na qualidade de participantes de um diálogo abrangente e voltado para o consenso que somos chamados a exercer a virtude cognitiva da empatia em relação às nossas diferenças recíprocas na percepção de uma mesma situação. (HABERMAS, 2004 p.10)

Quando elegemos a Sustentabilidade como base para atingirmos o Desenvolvimento Sustentável há de se ter em conta que:

A Sustentabilidade é um meio de vida ou uma forma de viver que, devido à sua complexidade, não permite uma descrição por completo. Trata-se de um modo de pensar e de agir para as pessoas, sociedades e comunidades do presente e do futuro. Ela pressupõe também uma série de considerações acerca do pensamento – que é complexo – e pode estar presente nos indicadores e nas políticas públicas. O pensamento sobre a sustentabilidade resulta revoluções, evoluções, amadurecimento e desenvolvimento das relações pessoais e organizacionais, entre si e perante o meio, o que pode ser verificado inclusive na forma de escrita da ciência, na qual o pesquisador passa a se incluir quando descreve e pesquisa as formas de alcance das mesmas. (SILVA, 2012 p.37)

A mudança de comportamento e busca de coerência são questões filosóficas que não fazem parte do escopo deste trabalho, mas devem ser citadas, pois a prática de muitos membros e de ONGs do movimento ambiental estão muito distante de alguma revolução ou transformação radical do sistema para a busca da sustentabilidade.

A adoção do conceito de Desenvolvimento Sustentável do Relatório Brundtland, como vimos anteriormente, com elevado comprometimento com o modelo capitalista hegemônico, dificulta mas não distancia o movimento de alguma politização no sentido da busca de formulação de políticas públicas, com pensamento sobre sustentabilidade, pois de alguma maneira o tema aglutina as pessoas que estão pensando sobre estas questões na região e o processo ainda traz pessoas e realiza eventos alusivos, que já é um fator positivo na busca da sustentabilidade.

O consenso que se busca com o Diálogo, os ganhos mútuos, acabam se restringindo às decisões de quais atividades iremos realizar, não foi tratado, nem se conseguiria chegar a consenso algum com relação ao modelo econômico e, como este é perverso em relação à Justiça Ambiental, alterar um projeto ou programa para ficar mais adequado à realidade local, isto sim foi consensuado, mas isso muda comportamentos?

O Diálogo, apesar de buscar o Desenvolvimento Sustentável da região em seu escopo, não poderia se pretender agente transformador da sociedade, pois nem a educação e os governos conseguem atuar a ponto de transformarem por si uma sociedade. Alguns atores ambientalistas têm isto bem claro e apostaram que as atividades desenvolvidas pudessem trazer maior conhecimento para a sociedade e, esta, sensibilizada, trabalharia as mudanças necessárias, mas isso deve ser objeto de outra pesquisa sobre este processo.

As atividades desenvolvidas, relatadas no capítulo 3 deste trabalho, mostram uma ordem lógica e contextualizada, mas refletem a intenção de criar produtos para entrada em um mercado de negócios sustentáveis, a capacitação de mão de obra para novas práticas, dentro desta ordem política econômica vigente:

...os esforços para a consolidação de um discurso hegemônico de desenvolvimento sustentável, vinculado a uma capitalização da natureza têm alcançado grande êxito. (ASSIS, 2007, p.42)

Neste sentido, o trabalho do COMDIAL desenvolvido pelo CEDS com atividades que efetivamente fazem uma adequação daquilo que se tem hoje à disposição, os atores envolvidos anseiam por mudanças no que há hoje disponível como modelo, porém, os avanços, aparentemente, são da ordem dos produtos que ficam mais ‘verdes’, de ‘negócios da sustentabilidade’ mas dentro do sistema capitalista, sem mudanças do *status quo*.

Nenhum curso, oficina ou MBA teve como tema ou avançou em relação à *Economia Solidária*, que poderia efetivamente trazer novos conceitos, paradigmas econômicos que pudessem afetar a ordem econômica, ao menos local.

A economia solidária aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas. Seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça. Implica na reversão da lógica capitalista ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica. (BRASIL, 2012)

Absorver a *Economia Solidária* como um dos temas para a transformação para a Sustentabilidade, não foi tema de nenhuma das partes envolvidas no Diálogo, tampouco foi abordada nos MBA, coordenados pela UNISANTOS. Fica a sugestão de uma matéria ‘transversal’ sobre a transformação do modelo econômico, que deve ser contemplada, em algum outro curso, que pense este modelo de Diálogo. Sem essa transformação fundamental para caminhar para a sustentabilidade não se terão ‘negócios sustentáveis’ como novo paradigma mas sim, somente uma adequação ao modelo atual.

A economia solidária é uma nova maneira de nomear e conceituar os diversos tipos de organização econômica transformadora em todo o mundo, com base em valores. A economia solidária enfatiza nossos relacionamentos com outras pessoas, e ao nosso meio ambiente, e insere valores solidários para essas relações. Os valores solidários são cooperação, igualdade, democracia, de base local e sustentável. Esforça-se para uma economia baseada nas necessidades humanas, em vez de uma busca insaciável de lucro. O objetivo final da economia solidária é a quebra de hierarquias opressivas econômicas de todos os tipos, o desenvolvimento do potencial humano e a preservação das nossas comunidades e do meio ambiente. (TRANSFORMATION CENTRAL, 2012)

Com relação às questões de conflitos ambientais no MBA, este tema foi removido do MBA1 para o MBA2, o que empobrece a formação dos alunos e os desvia da visão conflituosa, de disputa de poder e de modelos, que é, inclusive, uma das principais razões da existência do COMDIAL.

Informações relevantes e atuais, sobre riscos e impactos ambientais foram tônicas de muitas reuniões e foram feitas várias propostas de ajustes dos programas, aperfeiçoando a gestão ambiental costeira, por exemplo, o Plano APELL - Alerta e Preparação de Comunidades para Emergências Locais (*Awareness and Preparedness for Emergencies at Local Level*) teve destaque e várias contribuições do COMDIAL, assim como programas de Educação Ambiental e outras medidas compensatórias que tiveram espaço para debate e interferência no seu conteúdo.

Já, politicamente, os avanços para a transformação do poder não têm como ser medidos pelas atividades desenvolvidas, pode-se, em outro estudo, avaliar como a sociedade se apropriou do que foi trazido pelo COMDIAL; neste momento, tanto os atores não tinham este propósito claramente definido em seu discurso para o debate, como não houve embates de ordem filosófica para levantar os processos de lutas por uma clara definição de sustentabilidade.

O grupo envolvido com o Diálogo acredita que se pode alcançar a sustentabilidade sem que se transforme a ordem econômica financeira, cultural e política atual e corrobora com o ‘conformismo’ generalizado de que quem manda é o mercado.

Ao se ater à primazia da racionalidade econômica capitalista o desenvolvimento sustentável desconsidera a existência de conflitos de poder em torno da noção de sustentabilidade e obscurece a influência de outras importantes esferas. (ASSIS, 2007, p.40)

O que efetivamente se avançou com o Diálogo foram as atividades de esclarecimento e informação à sociedade em relação a temas contemporâneos e debates emergentes como o Aquecimento Global, a Avaliação Ambiental Estratégica, algumas questões como questionamento do modelo de Licenciamento Ambiental atual e a oportunidade de debatermos outros empreendimentos para a região como a ampliação do Porto de São Sebastião.

Para o RealNorte e para as UCs, grandes avanços na oportunidade de receberem informações e poderem se articular com outros setores e atores da sociedade, podendo divulgar e interferir com a informação fornecida pela Petrobras quase em tempo real de maneira sistematizada, com frequência e principalmente recebida direto da fonte e podendo fazer interferências com os interlocutores.

Encontrar indicadores que possam medir o desenvolvimento sustentável não é possível, pois este é o meio para a sustentabilidade, o comportamento é que se enquadra ou não na característica de ser sustentável; pensar ou não em sustentabilidade seria um amadurecimento que as pessoas, instituições e organizações ainda não têm (SILVA, 2010). A sustentabilidade está ligada à revolução, evolução, amadurecimento e desenvolvimento, ou seja, à busca do poder!

... as lutas para a manutenção de um sentido de sustentabilidade, travadas no interior do campo ambiental, envolvem disputas pela busca e manutenção de poder. (ASSIS, 2007, p.42)

Se não existe risco de mudanças significativas de comportamento, o poder se mantém e o pensamento hegemônico não é afetado; para avançar na democracia participativa, políticas públicas transformadoras da realidade devem ser implementadas, a educação tem que servir de instrumento de aprendizagem da democracia, com prática e teoria fazendo parte de seu contexto e, daí, a construção de um conceito de sustentabilidade e justiça ambiental.

Iniciativas como este Diálogo, com prós e contras, talvez, não ofereçam possibilidades de avanços na construção da sustentabilidade, o agente financiador, ao sentir-se ameaçado, deixa de investir, e como as conquistas não são estruturantes não se consolidam em políticas públicas. Inegavelmente, os avanços no amadurecimento político aconteceram, a possibilidade de se trabalhar com a percepção do risco e dos impactos ambientais já é um ganho para a sociedade e merece uma atenção e estudos maiores.

... no âmbito desse paradigma da adequação como apontado pela vertente da justiça ambiental, ao invés de consenso, os espaços e arenas de discussão de riscos e impactos ambientais tendem a ser o centro de conflitos e disputas políticas na qual a dimensão cognitiva e científica entre os diferentes atores assume uma posição chave. Do ponto de vista analítico essas situações tornam-se relevantes para a compreensão dos processos sociais e políticos relacionados às questões ambientais, exigindo um maior número de análises empíricas desses processos de negociação/conflitos em relação à construção social de riscos e impactos ambientais. Nestes contextos se abrem um leque analítico amplo para avaliar. (VIGLIO, 2011, p5)

O conhecimento e a politização são ganhos que todos os atores conquistaram.

REFERÊNCIAS

ABRIL.COM. “Gasoduto Bolívia-Brasil”. São Paulo: Editora Abril – [on line] set. 2008. Disponível em: <http://www.abril.com.br/noticia/mundo/no_301094.shtml> Acesso em: 13 jun 2012.

ACSELRAD, Henri e BEZERRA, Gustavo das Neves. Inserção econômica internacional e “resolução negociada” de conflitos ambientais na América Latina. In: ZHOURI, Andréa e LASCHEFSKI, Klemens. *Desenvolvimento e Conflitos Ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. In: *Revistas Estudos Avançados*, v. 24, n.68, 2010.

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. *Representações da Natureza e Des-figuração dos Conflitos Socioambientais: A Publicidade dos setores Elétrico, Químico e Petroquímico entre 1982 e 2002*. 2005. BH. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG, 2005.

BRASIL (BRASÍLIA) Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. *O que é Economia Solidária*. Disponível em: <http://www2.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp> Acesso em 9 set 2012.

BRASIL (BRASILIA). Ministério do Meio Ambiente - MMA *Avaliação ambiental estratégica*. Brasília: MMA/SQA, 2002. 92p. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sqa_pnla/_arquivos/aae.pdf>. Acesso em: jul 2012.

CMMAD. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. “*Nosso Futuro Comum*”. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CONVÊNIO. nº 4600277872 Instrumento Jurídico nº 6000.0043567.08.4 Petrobras, 2008. [mimeo].

CUNHA, Ícaro A. *Política ambiental, negociação de conflitos e sustentabilidade*. ‘Exploração do Gás da Bacia de Santos e Sustentabilidade - Novos Relacionamentos Empresa/Movimento Ambientalista’. Santos: Editora Universitária Leopoldiana, Universidade Católica de Santos, 2009.c.4, 240 p. Disponível em: <http://www.unisantos.br/edul/politicaambiental/img/livro_politica_ambiental.pdf>. Acesso em: 29 jul 2012.

_____. *Roteiro de Avaliação do Diálogo para a Sustentabilidade*. 2010. Disponível em: <<http://www.cedslitoralnorte.org.br/files/arquivos/balanco-geral-pdf-1146.pdf>>. Acesso em: 29 out 2012

DI GIULIO, Gabriela. Petróleo: tecnologia de ponta e recursos humanos qualificados são pré-requisitos para a autossuficiência. *Inovação Uniemp* [on-line], v.2, n. 4, p. 32-37, 2006.

GADOTTI, Moacir. *Educar para a sustentabilidade: uma educação à década da educação para o desenvolvimento sustentável*, São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008.

GAZETA MERCANTIL, São Paulo, 15 maio 2006, p. A-8 (Newton Freitas – Blog, [on line] Disponível em: <<http://www.newton.freitas.nom.br/artigos.asp?cod=274>> Acessado em: 8 set 2012.

HABERMAS, Jürgen, *A ética da discussão e a questão da verdade*/Jürgen Habermas. (Organização e Introdução de Patrick Savidan; Tradução Marcelo Brandão Cipolla). São Paulo: Martins Fontes, 2004. [Tópicos].

MONTIBELLER-FILHO, G. *O Mito do Desenvolvimento Sustentável: Meio Ambiente e custos sociais no moderno sistema produtivo de mercadorias*, 3 ed. rev. atual. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

NASCIF, Luiz. Portal de. *Petrobras é a quarta empresa mais respeitada do mundo* (Postado por Carlos Américo Chaves Nogueira) em 6 maio 2009. Disponível em: <<http://blogln.ning.com/profiles/blogs/petrobras-e-a-quarta-empresa>>. Acesso em: 30 jul 2012.

ORTIZ MONTEIRO, Patrícia. *A Participação e Percepção da Comunidade Local no Desenvolvimento do Ecoturismo – Parque Estadual da Serra do Mar/Núcleo Picinguaba, Bairro do Cambury, Ubatuba/SP*. 2005. Taubaté. Tese (Doutorado) – UNITAU. Taubaté/SP, 2005.

ORTIZ MONTEIRO, Patrícia; VIANNA, André. *Relatório Final dos Ecoprojetos 2010*. Disponível em: <<http://www.cedslitoralnorte.org.br/files/arquivos/relatorio-final-ecoprojetos-pdf-1140.pdf>> Acesso: em 29 out 2012.

PETROBRAS (MME). *Estudo de Impacto Ambiental – EIA da Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba*. Rio de Janeiro: Biodinâmica – Petrobras, 2006. V.1, p26. Disponível em: <http://siscom.ibama.gov.br/licenciamento_ambiental/Dutos/Gasoduto/Unidade%20de%20Tratamento%20de%20Caraguatatuba/EIA%20UTGCA.pdf> Acesso em: 8 set 2012.

PETROBRAS (MME). *Relatório de Sustentabilidade, 2011*. Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/rs2011/downloads/Petrobras_Relatorio_de_Sustentabilidade_2011.pdf> . Acesso: em 8 set 2012.

PETROBRAS (MME). *Relatório de Sustentabilidade, 2009*. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/rs2009/downloads/pt/relatorios.zip>>. Acesso: em 8 set 2012.

PIZZOL, Rosa Amélia. *Riqueza e exclusão social: o paradoxo dos royalties do petróleo*. 2008. Monografia (Especialização em Gestão de Empresas de Petróleo e Gás) - Universidade Federal Fluminense, Niterói 2008. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=116775> Acesso em: 23 de jul. 2012

REALNORTE. (Litoral Norte, SP) Descrição do Colegiado no sítio da Internet. Disponível em: <<http://realnorte.wordpress.com/sobre/>> Acesso em: jul 2012

SACHS, Wolfgang (Ed.) (E Col.). *Dicionário do Desenvolvimento – Guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SANTOS. (SÃO PAULO). Universidade Católica de Santos – UNISANTOS. COMDIAL-CEDS:

Disponível em:

<[http://www.unisantos.br/web/guest/34?p_p_id=portlet_apresentar_menu_3_niveis_WAR_2webapresentarMenu3Niveis_INSTANCE_iK3I&p_p_action=1&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-](http://www.unisantos.br/web/guest/34?p_p_id=portlet_apresentar_menu_3_niveis_WAR_2webapresentarMenu3Niveis_INSTANCE_iK3I&p_p_action=1&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-1&p_p_col_count=3&_portlet_apresentar_menu_3_niveis_WAR_2webapresentarMenu3Niveis_INSTANCE_iK3I_struts_action=%2Fportlet_apresentar_menu_3_niveis%2Fview&_portlet_apresentar_menu_3_niveis_WAR_2webapresentarMenu3Niveis_INSTANCE_iK3I_LIFERAY_SHARED_conteudoLeiauteID=23270&_portlet_apresentar_menu_3_niveis_WAR_2webapresentarMenu3Niveis_INSTANCE_iK3I_LIFERAY_SHARED_conteudoMenuListaIdClicado=13012%2C)

1&p_p_col_count=3&_portlet_apresentar_menu_3_niveis_WAR_2webapresentarMenu3Niveis_INSTANCE_iK3I_struts_action=%2Fportlet_apresentar_menu_3_niveis%2Fview&_portlet_apresentar_menu_3_niveis_WAR_2webapresentarMenu3Niveis_INSTANCE_iK3I_LIFERAY_SHARED_conteudoLeiauteID=23270&_portlet_apresentar_menu_3_niveis_WAR_2webapresentarMenu3Niveis_INSTANCE_iK3I_LIFERAY_SHARED_conteudoMenuListaIdClicado=13012%2C>. Acesso em: 30 jul. 2012

SÃO PAULO. (Estado). Avaliação Ambiental Integrada Litoral Norte - AAILN *Relatório Final*

Volume 1, 2009a. Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/wp/cpla/files/2011/05/ugrhi3.zip>>.

Acesso em: jul. 2012.

SÃO PAULO. (Estado). *Estudo de Impacto Ambiental* – EIA da Ampliação do Porto de São Sebastião, CPEA – Cia Docas de São Sebastião, 2009b. Disponível em:

<<http://www.portodesaosebastiao.com.br/pt-br/eia-rima.asp>>. Acesso em: 1 de set. 2011.

SÃO PAULO. (Estado). Porto, Indústria, Naval, *Offshore* – PINO - Planejamento Ambiental Estratégico do Litoral. 2009c. Disponível em:

<http://www.ciespsantos.com.br/noticias/noticias_mostra.php?id=4419> Acesso em: 1 de set. 2011.

SILVA, Christian Luiz da, LIMA, José Edmilson de Souza. (Org.) *Políticas Públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Saraiva 2010.

TRANSFORMATION CENTRAL *Solidarity Economy - Blog* da Internet, [on line]. Disponível em:

<<http://transformationcentral.org/solidarity/solidaritymain.html>> Acesso em: set. 2012.

VIÉGAS, Rodrigo Nuñez. As resoluções de conflito ambiental na esfera pública brasileira: uma análise crítica, *Revista Confluências* da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007. Disponível:

<http://www.uff.br/ppgsd/confluencias/revista_confluencias_vol_02.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2012.

VIGLIO, José Eduardo. Ciência Usos Sociais e Políticos da Ciência: expertise científica na definição de riscos/impactos ambientais. In Congresso Brasileiro de Sociologia, XV, 26 a 29 de julho de 2011, Curitiba, *Anais...* Curitiba / PR, 2011

WWF 2012. Saiba mais sobre mudanças climáticas. Disponível:

<http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/reducao_de_impactos2/clima/mudancas_climaticas/> e

<http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/reducao_de_impactos2/clima/clima_news/?uNewsID=6200> Acesso em: 20 ago. 2012

ZHOURI, Andréa e LASCHEFSKI, Klemens. *Desenvolvimento e Conflitos Ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ZHOURI, Andréa e OLIVEIRA, Raquel. Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização. In: ZHOURI, Andréa e LASCHEFSKI, Klemens. *Desenvolvimento e Conflitos Ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.